



CIDADE DE SÃO PAULO GESTÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

Viaduto do Chá, nº 15, Centro, São Paulo, CEP 01002-020, CNPJ Nº 46.395.000/0001-39

ATA SINTÉTICA DE MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO

NÍVEL BÁSICO (PCCS-NB) E NÍVEL MÉDIO (PCCS -NM)

ANO – 2019 – REUNIÃO 6

Aos dezessete dias de setembro de dois mil e dezenove, às quinze horas, na sala de reuniões do secretariado do oitavo andar da sede da Prefeitura Municipal de São Paulo, no Viaduto do Chá, nº 15, foi realizada a sétima reunião da Mesa Setorial do Nível Básico e Médio do Quadro de Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do ano de dois mil e dezenove, no intuito de dar continuidade à retomada das mesas de negociação do Sistema de Negociação Permanente (SINP), acordado no Protocolo de Negociação Nº 1/2019, entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Fórum das Entidades Sindicais do SINP.

Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes da administração municipal de São Paulo:

- . CLEIDE BAUAB, secretária adjunta da Secretaria Municipal de Gestão;
- . WALDIR AGNELLO, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Gestão;
- . CLARISSE DE ALMEIDA, chefe da Assessoria de Relações de Trabalho;
- . CLAUDIA DE CRESCENZO, coordenadora da Mesa Setorial da Saúde;

- NATHALIA VIEIRA, estagiária da Assessoria de Relações de Trabalho;
- PEDRO LAHOS, estagiário da Assessoria de Relações de Trabalho;

Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes das entidades sindicais:

OSVALDO VAZÃO, representante da Associação dos Escrivários Municipais de São Paulo - AEMSP; DENIS DANTAS, representante da Associação Municipal dos AGPPs e Agentes de Apoio de São Paulo - AMAASP; MÔNICA GOMES, representante da Associação Municipal dos AGPPs e Agentes de Apoio de São Paulo - AMAASP; MARGARIDA GENOFRE, representante do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo - APROFEM; FELICIANO DINIZ, representante da Associação dos Servidores Municipais de São Paulo - ASMUSP; MARCIA DE OLIVEIRA, representante da Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores do Município de São Paulo - FASP; DJALMA PRADO, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP; VLAMIR LIMA, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP.

- **Pautas:**

Continuidade das mesas de negociações, com apresentação da Secretaria Municipal de Gestão acerca das reestruturações referentes aos Quadros de Nível Básico e Médio.

- **Apontamentos iniciais:**

Antes de iniciar os trabalhos da Mesa Setorial de Negociação do Nível Básico e Médio, houve ponderações das entidades sindicais acerca do dia 19 de setembro, dia este marcado para acontecer uma paralisação da categoria seguido de assembleia deliberativa. Denis Camargo (AMAASP) agradeceu a articulação da ART para com a Subprefeitura de Santo Amaro, informando que foi possível realizar a apresentação da entidade para os servidores públicos do Nível Básico e Médio. Claudia de Crescenzo da Secretaria da Saúde informou que irá se reunir no dia 18 de setembro com as autarquias hospitalares e que realizará o pedido do banco de dados das instituições: Autarquia Hospitalar Municipal e Hospital do Servidor Público Municipal. Djalma Prado (SINDSEP) lembrou à Mesa as suas dúvidas

acerca da promoção e Clarisse de Almeida da ART informou que responderá durante a apresentação da Gestão.

- **A Chefe da Assessoria de Relações de Trabalho Clarisse de Almeida dá abertura à Mesa Setorial de Negociação do Nível Básico e Médio:**

Iniciada a sessão, houve uma rodada de apresentação dos presentes. Em seguida, Clarisse de Almeida apresentou o panorama conjuntural o qual restabelece as Mesas de Negociação à luz do Protocolo de Negociação 01/2019; a instalação de Comissões Paritárias de Greve em 16/07 e 15/08; visita às entidades representativas pela Assessoria de Relações de Trabalho para escuta ativa; o Substitutivo 05/19 do Projeto de Lei 616/18 que permanece com efeitos suspensos na Câmara Municipal; a abertura de encontro de trabalho, proporcionada pela Gestão, no dia 27/08/2019 para que entidades apresentassem propostas e deliberações para as carreiras.

Em seguida, Clarisse de Almeida apresentou às convergências técnicas entre estrutura de proposta de reestruturação feita pela Prefeitura e das entidades sindicais, sendo elas: 1 ano e meio para progressão e promoção com fim da trava; abertura para não optantes do PCCS e extinção dos segmentos do Nível Médio, porém, este último, possui ressalvas do SINDSEP. Porém, na Mesa de Negociação realizada no dia 03 de setembro de 2019, fora unânime a recusa das entidades para com as tabelas apresentadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo. E na Mesa do dia 10 de setembro de 2019, foram expostos novos ganhos técnicos, como a valorização da formação dos servidores públicos. Novas propostas de tabela são aguardadas pelas entidades sindicais.

Após o panorama conjuntural, Clarisse de Almeida ressaltou as motivações e importância da reestruturação. A valorização salarial de servidores que se encontram na base da administração e não recebem reajuste desde 2013, buscando o princípio de isonomia no trabalho; a busca pela implementação das produções do Grupo de Trabalho de Reestruturação do Nível Médio de março de 2018; lidar com a complexidade da judicialização que atinge 66% do Nível Médio e 62% do Nível Básico; mudança para o modelo de subsídio, oportunizando uma forma de retribuição simplificada, para maior transparência e fiscalização da sociedade; e por fim atenuar a corrosão inflacionária que alcançou a porcentagem de 39,27% acumulado entre janeiro de 2013 a julho de 2019.

Foram apresentadas as respostas da Mesa de Negociação referente ao dia 27 de agosto de 2019, sendo elas: Impossibilidade de integração não-linear, visto que o parecer técnico aponta em conflito jurídico e de gestão financeiro-orçamentária; Possibilidade de diminuição de referências, no qual a ART propõe meio termo entre Gestão e entidades com 13 referências para o Nível Básico e 18 referências para o Nível Médio; Incerteza sobre possibilidade de edição de portaria para não-desconto com reposição de horas das paralisações, uma vez que demanda articulação intersecretarial; Viabilidade de abertura da opção do PCCS aos ativos dos demais Quadros da Prefeitura; Aguardo de audiência com o Prefeito e chancela do Governo e da Fazenda para decisão sobre pleitos das entidades por valores maiores nas tabelas; Inexequibilidade de reajuste de reposição inflacionária de 39,27% em cada referência do quadro atual do Nível Básico e Médio, como fora propostos pela entidade SINDSEP, visto que desaguaria em um impacto extremado de R\$ 475.682.876 para os cofres públicos. E por fim, medida de valorização da formação de servidores do Nível Básico e Médio, no qual os servidores que tiverem formação acima daquela colocada pelo seu Quadro, seriam enquadrados na próxima referência imediatamente superior com as reestruturações.

No que tange às últimas resposta da Mesa de Negociação, do dia 10 de setembro de 2019, tivemos: As inovações apontadas pelas entidades APROFEM e FASP que encontram-se sob análise da equipe técnica da Secretaria de Gestão; A reunião paritária acerca do Decreto de Consignações (Decreto nº 58.890/19) marcada para o dia 20 de setembro às 15h30, com a presença da COJUR, COGEP e Gabinete de Gestão, além dos representantes do Fórum das Entidades Sindicais do SINP; E fora apresentado os dados a respeito do número de servidores do Nível Básico e Médio formados, a pedido das entidades sindicais.

Clarisse de Almeida, Chefe da ART, apresentou a proposta da Prefeitura acerca da evolução funcional das carreiras de Nível Básico e Médio. No qual poderão ser 13 referências no Quadro do Nível Básico e 18 referências no Quadro do Nível Médio. A progressão, como informado anteriormente, serão 18 meses de efetivo exercício e quanto a promoção, a Gestão tem como proposta para o Nível Médio de ser 90 horas mínimas para saltar da referência M10 para M11 (Nível II) e 40 horas mínimas do M16 para M17 (Nível III). No Nível Básico seria 50 horas mínimas para saltar da referência B5 para B6 (Nível II) e 40 horas mínimas do B11 para B12 (Nível III).

Nova tabela foi apresentada pela Prefeitura de São Paulo para o Nível Médio, partindo de R\$ 2.028,60 na primeira referência e chegando a R\$ 5.269,90 na última referência (M20). Clarisse de Almeida informou que a Gestão pode diminuir o número de referências, chegando ao M18, entretanto o valor da tabela chegará até R\$ 4.872,32. O subsídio complementar nesta proposta chega a 73% do Quadro, apresentando uma diminuição de 5% da proposta anterior. Quanto ao Nível Básico, a proposta do dia 03 de setembro de 2019 se mantém. Clarisse de Almeida propõe ao final da apresentação uma nova mesa de negociação, visto que a Gestão não esgotou todas as possibilidades com os outros atores envolvidos na tomada de decisão das respectivas reestruturações.

Márcia de Oliveira (FASP) diz estar estarecida com as propostas da Prefeitura, na medida que 73% dos servidores do Nível Médio não terão majoração salarial com a mudança de Quadro e além, por não haver nova proposta para o Nível Básico. Com essas propostas haverá uma baixa adesão das categorias e por ser uma tabela que se esgota em 2019, diferente da proposta tripartite, representará mais um fator que não instiga a mudança. Diz entender o espaço aberto para as negociações, porém ressalta que o mérito dessa conquista foi a mobilização das entidades nas ruas. Márcia ressalta que é necessário a Gestão ter um olhar para o todo, incluindo os aposentados e pensionistas, além dos que estão no final da carreira. Ao abrir mão das últimas referências, visto a penalização aos servidores com mais anos de casa, deveria haver, conseqüentemente, uma redistribuição desses valores para a tabela com até 18 referências. Márcia afirma que a Gestão tem que aprender com aquilo que foi bom na reestruturação do Nível Superior, como as majorações salariais e o número de referências. Reivindica as competências utilizadas na elaboração das tabelas e, por fim, coloca que o governo é um só, principalmente para os servidores que estão na ponta dos serviços, como é o caso do Nível Básico e Médio, e estes representam o Prefeito e são o cartão de visitas do município de São Paulo.

Denis Camargo (AMAASP) propõe que o tempo para apresentar a titularidade de formação seja de dois anos, assim, aqueles que estão no meio do curso não sejam prejudicados. Além, propõe o aumento do número de referências do Nível Médio, chegando ao M20, justificando essa escolha visto a reforma da previdência federal passe a vigorar nas municipalidades, estendendo os anos de trabalho para conseguir a aposentadoria. E reivindica mais duas Mesas de Negociação, nos dias 1º e 8 de outubro de 2019, porém com a presença do Prefeito e da Fazenda. Por fim, relata sua crítica e descontentamento à tabela apresentada.

Margarida Genofre (APROFEM) coloca que antigamente quando a Prefeitura informava que um Quadro seria reestruturado, os servidores viam com bons olhos as mudanças, porém, atualmente, as propostas são para precarizar os direitos dos servidores públicos. Em seguida, Margarida ressalta sua contrariedade em relação ao subsídio, afirmando ser bom apenas para o Governo. Para o servidor, a seu ver, é uma escolha complicada entre aderir para um regime pior ou não aderir e ser esquecido como carreira.

Djalma Prado (SINDSEP) diz veementemente que a categoria aguarda uma tabela acima dos ganhos proporcionados pelo abono emergencial, a proposta apresentada nesta Mesa coloca as categorias do M9 ao M20 no mesmo patamar que encontram-se agora, ou seja, sem o abono ou qualquer valor acima do que estão ganhando atualmente. Coloca que na Administração Pública se conquista e o Nível Básico e Médio estão se organizando como nunca antes, pois as propostas apresentadas são inaceitáveis, visto que deveriam partir da remuneração da Saúde com os respectivos reajustes inflacionários.

Vlamir Lima (SINDSEP) reafirma que a migração deve ser feita por tempo de efetivo exercício, já que a transição para o modelo de subsídio é danoso para o servidor público. Em seguida, questiona o porquê de não dividir em 3 anos a proposta, se não desse para dar um aumento considerável logo em 2019, ampliasse a majoração para os anos de 2020 e 2021. Afirma que a Administração Pública não deveria colocar o Nível Médio e Básico abaixo da remuneração da Saúde, visto que as atividades desenvolvidas são similares aos de agente e técnico de saúde. Para além questiona o fato de 60% dos servidores de Nível Médio terem diploma de Ensino Superior (posto na apresentação da Prefeitura) e não receberem por essas titulações. Por fim, diz ter oficiado pedido para o recebimento de 6 pessoas no dia 19 de setembro, data marcada para a manifestação do Nível Básico e Médio e reafirma seu pedido anterior de apresentação de impacto financeiro-orçamentário da atual proposta da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Claudia de Crescenzo, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), realizou um panorama da reestruturação da Saúde, no qual resgatou a primeira proposta formulada pela SMS e que não havia agradado as entidades sindicais, enfatizando o processo longo de conversa com a base e retomada das negociações com a participação das equipes técnicas, atento aos parâmetros

jurídicos. Por fim, ressalta que o contexto do dia 19 de setembro é muito emblemático e fazer com que o ofício chegue neste dia é uma articulação importante.

No endereçamento das ponderações realizadas pelas entidades sindicais, Clarisse de Almeida coloca que não haverá perda salarial na transição de modelo remuneratório visto que a Constituição de 1988 garante a irredutibilidade de direitos garantidos, assim, não haverá perda bruta ou líquida. Para além, as referências que apresentaram perda referente ao abono emergencial, serão revistos pela Gestão, para garantir a integralidade dos R\$ 200,00 para Nível Básico e R\$ 300,00 para o Nível Médio. Esta reestruturação, apresentada pela Prefeitura, beneficiará $\frac{1}{3}$ das categorias, ou seja, servidores públicos que não tiveram acesso à Justiça para garantir seus direitos perante a Administração Pública e não tiveram majorações salariais via ações judiciais. Tal proposta foi a melhor até agora apresentada pela Prefeitura, necessitando reconhecer o avanço das negociações.

Faz-se necessário ponderar que a adesão aos novos Quadros são opcionais, diferente do que ocorre no Governo do Estado de São Paulo. Quanto ao subsídio complementar, este índice continuará alto e não será possível igualar às majorações colocadas para a Saúde, visto as complexidades dos Quadros de Nível Básico e Médio, além da conjuntura orçamentária que difere da gestão passada. Propõe para às entidades sindicais uma nova Mesa de Negociação, visto que a Gestão ainda possui espaço para negociar novos valores com o Governo e Fazenda, sugerindo o dia 1º de Outubro de 2019 às 15h na Prefeitura de São Paulo.

Cleide ressalta a importância do diálogo, sendo o trabalho realizado em conjunto e perene. Destacou a questão da Tabela do Nível Médio apresentada, onde algumas referências apareciam com perda bruta, e garantiu que jamais ocorrerá uma reestruturação com essas características, para ficarem tranquilos, assim como Clarisse já tinha observado. Em seguida, afirmou que a democracia é assim, feita de tensões de todos os lados. Por fim, apontou que as decisões finais não estão em nossa alçada, mas sim do Governo, Fazenda e Gabinete.

- **Encaminhamentos Finais:**

Próxima Mesa de Negociação do Nível Básico e Médio para o dia 1º de outubro de 2019 às 15h na Prefeitura Municipal de São Paulo; Remodelagem das últimas referências das propostas para que não haja perda referente ao abono emergencial; Aumentar o tempo de

abertura para opção dos novos Quadros de 90 dias para 180 dias; Permissão jurídica de acumulação de saltos; Proposta de três tabelas, estendendo a majoração salarial para 2019, 2020 e 2021; Enviar às respectivas competências colocadas na Minuta de reestruturação do Nível Básico e Médio; Apresentação do impacto orçamentário-financeiro das propostas.